

Dirigimo-nos a V.^a Exas., solicitando a vossa melhor atenção para a exposição que aqui apresentamos sobre a preservação do Património arqueológico conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa, no âmbito das obras de valorização em curso. Gostaríamos de ser recebidos em audiência, para uma conversa sobre este processo e sobre uma possível intervenção, em prol da defesa deste fabuloso e único Património que, neste processo tão irregular e questionável, se encontra ameaçado de destruição e ocultação.

Lisboa, 5 de julho de 2022

Pelo Movimento cívico Preservação do património arqueológico da Sé Catedral de Lisboa

@ApoiarSedeLisboa2022

Jacinta Bugalhão, Regis Souza Barbosa Cláudia Costa Raquel Gonzaga Joana Reis

"Os trabalhos no âmbito do "Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa - 2.^a Fase - Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa" iniciaram-se em 2018. O dono de obra é o Cabido da Sé de Lisboa (Patriarcado de Lisboa), sendo a obra dirigida direta e exclusivamente pela Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e cofinanciada por estas duas entidades e pela Câmara Municipal de Lisboa.

Em consequência dos inúmeros e reiterados atropelos e ameaças ao Património Cultural Arqueológico, e após denúncias da comunidade arqueológica (ver STARQ), decorre desde o final de setembro de 2020 um muito participado movimento cívico que defende a preservação e correta musealização das ruínas arqueológicas conservadas no Claustro da Sé de Lisboa. Associações, arqueólogos, historiadores, académicos, a Assembleia da República, grupos parlamentares e partidos políticos, tomaram posição no espaço público, defendendo este Património, com ampla cobertura mediática, nas redes sociais e em reuniões científicas e de defesa do Património. Entre muito outros contributos, destacam-se as intervenções da Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) - José Morais Arnaud, Luís Raposo e Mariana Diniz - e de um grupo de investigadores da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa - Hermenegildo Fernandes, Carlos Fabião, Manuel Fialho da Silva e Jacinta Bugalhão.

Perante o risco de destruição das importantes ruínas arqueológicas do período islâmico identificadas no Claustro da Sé imposta pela 2.^a versão do projeto, logo em outubro de 2020 foi divulgado um comunicado, subscrito pela quase totalidade dos professores universitários de Arqueologia do país, defendendo a preservação dos vestígios arqueológicos; foi entregue à DGPC o muito crítico parecer do ICOMOS Portugal sobre o projeto; foi entregue uma proposta de classificação (ou ampliação da classificação) das Ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa que, ao contrário do que a lei determina, permanece até hoje sem resposta ou decisão. E principalmente foi emitido um despacho pela então Ministra da Cultura, Graça Fonseca, impondo a conservação, musealização e integração no projeto das ruínas monumentais islâmicas

Em sequência de solicitação da DGPC, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), emitiu dois pareceres (preliminar, em dezembro de 2020; final, em abril de 2022). Estes relatórios, por decisão da DGPC contrária à Lei, mantiveram-se sob confidencialidade, não tendo sido permitida a sua consulta por nenhuma associação de defesa do Património, nem pela Assembleia da República, não obstante as reiteradas solicitações nesse sentido.

Após diversas audições parlamentares, em comissão e em plenário, e a apresentação de sete propostas de resolução, em abril de 2021, foi aprovada por unanimidade a Resolução da Assembleia da República n.º 125/2021 de 28 de abril, recomendando ao Governo a integração museológica, preservação, estudo e valorização do conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa.

Em junho seguinte, a Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura “aceitou” (com diversos reparos e recomendações relativos às fortes afetações patrimoniais) a 2.ª revisão do projeto entregue à DGPC em outubro. Esta 3.ª versão do projeto foi apresentada pela DGPC em conferência de imprensa, em novembro de 2021, na qual igualmente se anunciou o reinício da obra e da escavação arqueológica, só retomadas efetivamente em março de 2022.

Face à indiligente revisão de projeto que persiste em afetar e destruir as ruínas arqueológicas, em janeiro de 2022 decorreu a Mesa Redonda “As obras do claustro da Sé: Património e Projeto”. As conclusões deste encontro, de contestação à nova versão do projeto, foram enviados para Suas Exas. o Presidente de República, Primeiro-Ministro, Ministra da Cultura e Cardeal Patriarca de Lisboa, bem como para a DGPC, Câmara Municipal de Lisboa e partidos políticos com representação parlamentar; sendo de seguida amplamente divulgadas.

Entretanto, num episódio lamentável, uma das arqueólogas que dirigem os trabalhos arqueológicos na Sé desde os anos 90 - Alexandra Gaspar - --foi afastada pela DGPC, numa clara violação do Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto-Lei n.º 164/2014 de 4 de novembro). Após o reinício da escavação em março deste ano, a DGPC tem vindo exercendo uma forte e permanente pressão sobre a arqueóloga Ana Gomes (que permaneceu na direção dos trabalhos) para que sejam destruídas estruturas arqueológicas, de acordo com o previsto na atual versão do projeto. Nas últimas semanas, foram destruídos um dos muros do edifício islâmico integrante do complexo da Mesquita aljama de al-Ushbuna e um dos troços mais bem conservados das suas canalizações, estando prevista a destruição de mais estruturas islâmicas e romanas, para além de fortes afetações na cisterna e muralha sul dionisinas, Monumento Nacional, numa clara violação da Lei.

No final de março, o novo Governo tomou, finalmente, posse, e a nova Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, assumiu o controlo político do caso. Sob sua intervenção, no dia 17 de Maio de 2022 foi finalmente possível a consulta do projeto pela AAP que, até à data, se mantinha sob reserva, sem qualquer fundamento legal. Recentemente, a DGPC teve que também recuar na decisão ilegal de manter sob pretensa confidencialidade os referidos relatórios de LNEC, anunciando que estes se encontravam disponíveis para consulta (jornal Público, 30 de junho de 2022). De imediato (30 de junho), o movimento @ApoiarSedeLisboa2022 requereu à DGPC a consulta dos relatórios do LNEC, aguardando ainda resposta.

No dia 20 junho, a Secretária de Estado da Cultura convocou uma reunião com membros do seu gabinete, o Diretor-Geral do Património Cultural, a então Diretora do Departamento de Bens Culturais da DGPC, a AAP e o grupo da Faculdade de Letras. Nessa ocasião foi abordada a errada orientação geral do projeto e as suas revisões, que se revelaram atos falhados, tendo sido discutidas ao pormenor todas as afetações patrimoniais previstas. Nesta reunião, a DGPC e a Secretária de Estado declararam que (i) era impossível rever novamente o projeto; (ii) o piso -1 que a DGPC quer construir sob a faixa Sul do Claustro tinha de ser construído, por imperativos estruturais; (iii) a cisterna e a muralha sul dionisinas seriam afetadas e ocultadas; e

(iv) algumas estruturas islâmicas e romanas teriam “inevitavelmente” de ser destruídas. Mas foi garantido que seriam encontradas soluções para evitar todas as demais destruições previstas no projeto de arquitetura e que pendem sobre o edifício islâmico.

É completamente implausível a inexistência de soluções estruturais diferentes e alternativas que garantam a estabilidade de todo o conjunto monumental e que excluam a construção do piso -1, que oculta completamente o monumental edifício islâmico - impossibilitando completamente a sua visualização e fruição pelo público, no seu conjunto e em todos os seus detalhes (nomeadamente, numerosos grafitos e traçaria de arcos ogivais, de período medieval cristão). Aliás, segundo informações entretanto divulgadas, os relatórios do LNEC não fazem qualquer referência ao piso -1, nem o identificam como indispensável para garantir a estabilidade e segurança do Claustro. Acresce ainda que o LNEC aponta várias falhas ao projeto de estruturas, considerando que este não garante a estabilidade e segurança do Claustro da Sé, pelo que este se encontra neste momento em revisão, de forma a dar resposta às correções indicadas pelo LNEC.

Conclui-se que a DGPC nunca pretendeu cumprir o despacho da ex-ministra, Graça Fonseca, mas sim, sempre, executar o projeto, que é a sua prioridade, muito embora este não garanta a estabilidade do Claustro da Sé Catedral de Lisboa e seja adverso à sua missão de defender e valorizar o Património Cultural Português. Se as orientações corretas, no sentido da salvaguarda integral das ruínas (medievais, cristãs e islâmicas, e romanas), e da desistência de construção de um piso enterrado, tivessem sido transmitidas ao projetista em 2019 ou depois no final de 2020, as obras poderiam, hoje, estar em fase de conclusão ou mesmo concluídas!

Considerando que o conjunto arqueológico conservado sob o Claustro da Sé Catedral de Lisboa, Monumento Nacional, tem elevado valor patrimonial, cultural, simbólico, religioso, económico e nos proporciona uma leitura fantástica da cidade milenar e, daquele lugar central e sagrado, na cidade milenar, o movimento cívico @ApoiarSedeLisboa2022 recusa a versão atual do projeto cujas obras decorrem e exige a sua revisão, contemplando:

- 1) A preservação integral de todas as estruturas arqueológicas que ainda se conservam in situ, medievais cristãs (Claustro dionisino), islâmicas (complexo da mesquita aljama de al-Ushbuna) e romanas (estruturas urbanas conservadas sob níveis islâmicos).
- 2) A desistência, de uma vez por todas, da construção do piso -1 sob a ala sul do Claustro dionisino e respetivos acessos, porque é inútil, tem elevados impactes destrutivos e, principalmente, porque oculta as estruturas arqueológicas, impossibilitando drasticamente a boa visualização e fruição pelo público do edifício monumental islâmico e de todo o conjunto arqueológico.
- 3) A implementação de soluções estruturais e de estabilidade compatíveis com o elevadíssimo valor de todo o conjunto patrimonial da Sé Catedral de Lisboa e o seu Claustro, que não acarretem mais nenhuma destruição das estruturas arqueológicas e propiciem a sua boa visualização, leitura e fruição pública, a que todos temos direito de acordo com a Constituição da República Portuguesa.

Cronologia sintética do “Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa - 2ª Fase. Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa”

2 de novembro de 2012 - Assinatura do Protocolo “Sé de Lisboa, Rota das Catedrais” entre DGPC, Cabido da Sé e Câmara Municipal de Lisboa, para gestão e financiamento do projeto.

23 de julho de 2015 - Apresentação do programa do projeto à comunicação social.

Maio de 2016 - Aprovação do “Projeto de Recuperação e Valorização da Sé Patriarcal de Lisboa - 2ª Fase - Instalação do Núcleo Arqueológico e Recuperação do Claustro da Sé de Lisboa” (1.ª versão).

Fevereiro de 2018 - Início das obras e das escavações na faixa sul do Claustro da Sé.

Setembro de 2018 - Descoberta das ruínas islâmicas (gerando conflito interno entre os intervenientes, na DGPC, que se arrasta, sem expressão pública, durante quase um ano).

Setembro de 2019 - Aprovação da 1.ª revisão do projeto, contrariando todos os pareceres técnicos negativos devido às destruições patrimoniais que implicava.

Setembro de 2020 - A então Diretora do Departamento de Bens Culturais e o então Subdiretor-Geral do Património Cultural emitem parecer e despacho no sentido da destruição de grande parte das estruturas islâmicas, para viabilizar o projeto de arquitetura.

24 de setembro de 2020 - Denúncia pública pelo STARQ na mailing list Archport, destas destruições iminentes e início de movimento cívico de contestação ao projeto.

25 de setembro - outubro de 2020 - Forte e mediatizada contestação pública a esta decisão, por Associações de Defesa do Património, academia, arqueólogos, historiadores, opinion makers, Assembleia da República e partidos políticos.

2 de outubro de 2020 - Visita à obra da Sé promovida pela DGPC (Subdiretor-geral e pela então Diretora do Departamento de Bens Culturais) com a participação de: AAP, ICOMOS-Portugal, Deão do Cabido da Sé, arqueólogas responsáveis científicas pelas escavações, empreiteiro (Ferrovia) e fiscalização (Pengest) da obra, Representante Diplomático do Imamat Ismaili, Profs. Vítor Serrão (Universidade de Lisboa), Rosa Varela Gomes (Universidade Nova de Lisboa), Cláudio Torres e Susana Gómez (Campo Arqueológico de Mértola).

4 de outubro de 2020 - Comunicado subscrito pela quase totalidade dos professores universitários de Arqueologia do país, defendendo a preservação dos vestígios.

14 de outubro de 2020 - Despacho da então Ministra da Cultura, Graça Fonseca: os vestígios devem ser conservados, musealizados e integrados no projeto de recuperação e musealização da Sé Patriarcal de Lisboa.

19 de outubro de 2020 - Entrega de proposta de classificação (ou da ampliação da classificação) das Ruínas da Mesquita aljama de al-Ushbuna e conjunto arqueológico urbano conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa (ao contrário do que a lei determina, até hoje sem resposta ou decisão).

Outubro de 2020 - A DGPC decide pedir a 2.ª revisão do projeto, dando orientações aos projetistas não divulgadas publicamente.

Outubro de 2020 - Interrupção da escavação arqueológica no Claustro da Sé.

Dezembro de 2020 - Após solicitação da DGPC, entrega do parecer (preliminar) do LNEC sobre a estabilidade e segurança do Claustro e Sé de Lisboa (o relatório final seria entregue posteriormente).

15 de janeiro de 2021 - A Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura transmite orientações para a 2.ª revisão do projeto, não divulgadas publicamente.

12 de fevereiro de 2021 - Interrupção das obras no Claustro da Sé.

28 de abril de 2021 - Resolução da Assembleia da República n.º 125/2021 - Recomenda ao Governo a salvaguarda do conjunto monumental islâmico da Sé de Lisboa (na sequência de sete propostas e de várias audições parlamentares).

2 de junho de 2021 - Emissão de parecer de “aceitação” da 2.ª revisão do projeto pela Secção de Património Arquitetónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura.

Setembro de 2021 - Conclusão da 2.ª revisão do projeto pelos projetistas.

Outubro de 2021 - Entrega à DGPC da 2.ª revisão do projeto (desconhece-se a data e autoria do despacho de aprovação desta versão do projeto).

29 de novembro de 2021 - Conferência de imprensa promovida pela DGPC para apresentação da 2.ª revisão do projeto.

10 de janeiro de 2022 - Mesa Redonda "As obras do claustro da Sé: Património e Projeto", online, promovida pelos Centro de História (CH-ULisboa) e Centro de Arqueologia (UNIARQ) da Universidade de Lisboa e Gabinete de Estudos Olisiponenses (GEO) da Câmara Municipal de Lisboa, com participação de diversos especialistas em história e arqueologia medievais.

Janeiro de 2022 - Divulgação pública (no seu site) do parecer do ICOMOS-PT sobre o projeto, datado de 21 de outubro de 2020.

23 de janeiro de 2022 - Divulgação pública das conclusões e dossier elaborado na sequência da Mesa Redonda "As obras do claustro da Sé: Património e Projeto", previamente enviadas a Suas Exas. o Presidente da República, Primeiro-Ministro, Ministra da Cultura, DGPC, Câmara Municipal de Lisboa, Cardeal Patriarca de Lisboa e partidos políticos com representação parlamentar (uma vez que o Parlamento estava dissolvido e decorria a campanha eleitoral).

Fevereiro de 2022 - Afastamento forçado imposto pela DGPC, da arqueóloga Alexandra Gaspar da direção científica do projeto e dos trabalhos arqueológicos em curso no Claustro da Sé de Lisboa.

14 de março de 2022 - Recomeço das escavações arqueológicas, sob direção científica de Ana Gomes, após afastamento de Alexandra Gaspar.

20 de abril de 2022 - Reunião entre a AAP e os novos Ministro da Cultura Pedro Adão e Silva e Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro.

3 de maio de 2022 - Visita da Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, às escavações em curso no Claustro da Sé.

17 maio de 2022 - Consulta do projeto e dos processos associados pela AAP, finalmente, após ordem à DGPC da Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro.

20 de maio - Audiência da Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, ao grupo da Faculdade de Letras, com a presença da AAP e do Diretor-Geral do Património Cultural, João Carlos Santos. A Secretária de Estado da Cultura, e o Diretor-Geral do Património Cultural reafirmaram a inevitabilidade da destruição de algumas estruturas medievais cristãs, islâmicas e romanas; da construção do piso -1 sob a faixa sul do Claustro, como elemento essencial para a estabilidade e segurança do Claustro. Garantiram ainda que mais nenhuma estrutura arqueológica seria afetada.

27 de maio de 2022 - Audiência do Vereador da Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Diogo Moura, ao grupo da Faculdade de Letras, AAP e Alexandra Gaspar, codirectora científica dos trabalhos arqueológicos no Claustro da Sé de Lisboa.

9 de junho de 2022 - Visita da AAP às escavações em curso no Claustro da Sé a convite da DGPC. A AAP (Mariana Diniz e Andrea Martins) fez-se acompanhar por Carlos Fabião e, a pedido da AAP e por indicação do Gabinete do Vereador de Cultura da Câmara Municipal de Lisboa, Diogo Moura, Jorge de Carvalho e António Marques (Câmara Municipal de Lisboa). A Secretária de Estado da Cultura e o Diretor-Geral do Património Cultural reafirmaram, mais uma vez, a inevitabilidade da destruição de algumas estruturas medievais cristãs, islâmicas e romanas; da construção do piso -1 sob a faixa sul do Claustro, como elemento essencial para a estabilidade e segurança do Claustro. E garantiram, novamente, que mais nenhuma estrutura arqueológica seria afetada.

21 de junho de 2022 - Constituição do movimento cívico Preservação do Património Arqueológico da Sé Catedral de Lisboa - @ApoiarSedeLisboa2022 - de apoio à preservação e adequada valorização do património arqueológico do claustro da Sé Catedral de Lisboa, ameaçado pelo projeto em curso que visa (deveria visar) a sua musealização.

23 de junho de 2022 - Nova visita da AAP (José Morais Arnaud e Luís Raposo) às escavações em curso no Claustro da Sé a convite da DGPC. A Secretária de Estado da Cultura, Isabel Cordeiro, e o Diretor-Geral do Património Cultural, João Carlos Santos, reafirmaram, mais uma vez, a inevitabilidade da destruição de algumas estruturas medievais cristãs, islâmicas e romanas; da construção do piso -1 sob a faixa sul do Claustro, como elemento essencial para a estabilidade e segurança do Claustro. E garantiram, novamente, que mais nenhuma estrutura arqueológica seria afetada.

25 de junho de 2022 - Concentração e cordão humano na Sé Catedral de Lisboa, promovidos pelo movimento cívico @ApoiarSedeLisboa2022, pela preservação e adequada musealização do Património Arqueológico conservado no Claustro da Sé Catedral de Lisboa.

30 de junho de 2022 - o Diretor-Geral do Património Cultural informa, em artigo publicado no jornal Público, que “Vamos pôr estes documentos [os relatórios preliminar e final do LNEC] no processo consultável”, garantiu ao PÚBLICO na segunda-feira o director-geral do Património”.